

Artigo recebido em:
06.05.2017
Aprovado em:
17.06.2017

Carlos Alberto Zanotti
Jornalista, professor e
pesquisador da Facul-
dade de Jornalismo e do
Programa de Pós-Gra-
duação em Linguagens,
Mídia e Arte da PUC-
Campinas.

E-mail: carlos.a.zanotti@
gmail.com

Bárbara Garcia Pedroso
Jornalista, mestranda do
Programa de Pós-Gra-
duação em Linguagens,
Mídia e Arte da PUC-
Campinas.

E-mail: babi_gpedroso@
hotmail.com

Autonomia e discriminação de pessoas com deficiência: formações discursivas de jornalistas

Carlos Alberto Zanotti
Bárbara Garcia Pedroso

Resumo: Este trabalho procura apurar de que forma profissionais da imprensa que possuem algum tipo de deficiência física, intelectual ou visual constroem sentidos a respeito da autonomia e das discriminações enfrentadas por esse grupo social, em especial no que concerne ao mercado de trabalho. Para tanto, foram entrevistados nove jornalistas, com distintas bagagens e diferentes graus de deficiência. Partimos da pesquisa bibliográfica e documental, aplicando aos depoimentos a Análise de Discurso de linha francesa. As sequências discursivas aqui trabalhadas foram retiradas de entrevistas realizadas para a produção de um trabalho de conclusão de curso em Jornalismo. O trabalho se justifica à medida que se propõe a investigar um tema que, potencialmente, atinge ao menos 23,9% da população brasileira que, segundo o censo de 2010 do IBGE, possui algum grau de deficiência.

Palavras-chave: Jornalistas. Pessoas com Deficiência. Discriminação.

Abstract: This paper seeks to determine how press professionals who have some kind of physical, intellectual or visual disability construct meanings about the autonomy and the discrimination faced by this social group, particularly on the job market. For that, nine journalists with different background and different degrees of disability were interviewed. We started with bibliographical and documentary research, applying French Discourse Analysis to the testimonials. The discursive sequences were taken from interviews conducted for the production of a monograph in Journalism. The work is justified as it proposes to investigate a topic that reaches at least 23.9% of the Brazilian population which, according to the 2010 IBGE census, has some degree of disability.

Keywords: journalists. People with disabilities. Discrimination.

A pesar de constituírem uma parcela significativa da população brasileira – 23,9% segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, as pessoas com deficiência enfrentam muitas barreiras sociais que dificultam seu acesso a direitos elementares, como trabalho, educação, saúde, moradia, entre outros. Para elas, preconceito, estigma e desinformação vão acabar se somando às dificuldades usuais para o ingresso no mercado de trabalho. O problema, que não é de hoje, tem raízes profundas. Segundo Silva (1987), a condição da pessoa com deficiência foi ignorada por séculos em todas as culturas, não por falta de informação, mas por não se desejar dela tomar conhecimento.

No caso brasileiro, desde a década de 1980, em razão da abertura política que se seguiu ao regime militar, muitos movimentos sociais protagonizados por pessoas com deficiência passaram a existir no país, reivindicando inclusão e igualdade de oportunidades em todos os aspectos. Porém, muitas vezes, as instituições que atendiam a essa parcela da população assumiam postura assistencialista e tentavam, de certa forma, fazer diminuir as diferenças entre os indivíduos. O interesse era, então, torná-los o mais próximo possível de um padrão de pessoa considerada “normal”, o que não caracterizava uma postura de fato inclusiva.

Em *Identidade e cidadania: a questão da inclusão*, Coracini (2007, p. 109) já apontou que “o fato de partilhar o mesmo espaço físico não significa por si só e por força da lei ausência de discriminação, in-serção, in-clusão social”. A autora adverte que a vontade de igualar e homogeneizar acaba, isto sim, criando um abismo ainda maior entre uns e outros, aqueles ditos normais e os que possuem alguma deficiência e, por isso, são representados como excluídos.

A premissa de que todos são iguais, ou ainda de que a igualdade é um ideal a ser alcançado, desconsidera a diferença como um fator que pode ser transfor-

mador e produtivo (CAVALLARI, 2014). Assim, continuamente percebe-se na sociedade uma postura homogeneizante e, por vezes, higienista, que tenta transformar a todo custo aquele que é diferente no mais parecido possível com o padrão aceito.

Conforme Cavallari (2014), a noção de que todos são ou devem ser iguais ganha sentido a partir da ideologia religiosa e jurídica. Essa ideia homogeneizante não produz integração ou inclusão de fato, porque não parte do respeito às necessidades e características de cada pessoa. Como alternativa, a autora propõe que se construam saídas “singulares e criativas para cada situação de inclusão, partindo não da compaixão, mas da universalidade para o particular em cada caso, tratando diferentemente as diferenças, ao invés de tentar igualá-las” (CAVALLARI, 2014, p. 35).

Em concordância com essa ideia, Izabel Maior, médica com lesão medular, lembra que a desigualdade que as pessoas com deficiência enfrentam para ingressar no mercado de trabalho é a maior de todas as barreiras. Em conferência no *Café Filosófico*, programa da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) levado ao ar pela *TV Cultura*, lembrou que “diferenças existem tantas que não existe homogeneidade. Imaginarmos que somos normais quando somos iguais, e patológicos quando alguma coisa nos diferencia, é um pensamento muito atrasado” (DEFICIÊNCIAS e Diferenças, 2016).

Desde o século XIX os sujeitos com deficiência eram vistos apenas a partir das suas limitações, e deveriam ser medicados e classificados. Consequentemente, seus corpos foram tornados objetos de controle, já que se opunham a uma ordem social. “Através de uma política do detalhe, da minúcia, esse corpo doente passa a ser estudado, analisado, conhecido, para ser recuperado e tratado” (MEDEIROS, 2014, p. 76), uma política fadada ao insucesso. Para a autora, foi exatamente esse fracasso das instituições de cunho assistencialista, interessadas em integrar a pessoa com deficiência no mercado de trabalho e na sociedade,

que produziu questionamentos e pressões visando a desinstitucionalização dessa parcela da população.

A construção da identidade da pessoa com deficiência, enquanto sujeito que também produz discursos, é tão complexa que, até hoje, o termo para referenciá-las ainda é estudado, questionado e recolocado de tempos em tempos. Até 1981, eram chamados de “inválidos”, “incapacitados”, “excepcionais” e, portanto, sua identificação restringia-se apenas às próprias limitações. A partir de então, por recomendação e em razão de aquele ano ser considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, passaram a ser chamados de “pessoa deficiente”. O termo “pessoa” contribuiu para chamar a atenção aos aspectos de humanização escamoteados nas expressões anteriores. Já a partir do ano de 2007, após a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, também promovida pela ONU, a deficiência passou a ser considerada não uma característica pessoal, mas uma condição que, em contato com barreiras do meio social, produz impedimentos em todos os aspectos da vida em sociedade.

Entendemos, para efeito da pesquisa aqui empreendida, que as pessoas com deficiência podem ser consideradas parte de uma minoria pelo fato de serem identificadas – social e politicamente – como vulneráveis. Afinal, passaram por um processo histórico de exclusão e, por isso, precisam travar uma luta contra-hegemônica para garantir seus direitos fundamentais (SODRÉ, 1999; 2012).

Historicamente, o sujeito com deficiência foi definido pela sua limitação, pela diferença que o torna “menos capaz” em relação aos outros que atendem ao padrão de “normalidade” estabelecida. Essa noção é um dos conceitos que constituem a memória social a respeito dessa parcela da população e cria as condições de produção dos discursos construídos sobre eles. Em Pêcheux (2008, p.77), observamos que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, e que essas

condições dependem do contexto histórico. Assim, todo discurso é sempre um interdiscurso, porque depende de todos os discursos construídos anteriormente, e que constituem a formação discursiva (FD) a que esse discurso pertence. As formações discursivas são regiões de sentido que legitimam alguns discursos e apagam outros. São resultado das relações de poder presentes no tecido social.

A definição de pessoa com deficiência enquanto alguém menos capaz é uma formação discursiva presente no contexto social brasileiro, que sustenta o preconceito e a discriminação ainda hoje presentes na sociedade. Trata-se de uma memória social que, neste trabalho, buscamos localizar nas falas de profissionais de imprensa que, com algum tipo de deficiência, tentam construir suas carreiras no mercado de trabalho.

Entendemos por memória social [...] um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido “comum” à sociedade, ou em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. Isso não quer dizer, porém, que o sentido predominante apague (anule) os demais ou que ele (s, todos) não possa (m) vir a se modificar. Muitas vezes os sentidos ‘esquecidos’ funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico. (MARIANI, 1998, pp. 34-35).

Podemos, então, entender memória social como a memória histórica hegemônica, aquela que exclui alguns sentidos e considera apenas aqueles que estão de acordo com o *status quo* e com o que as classes dominantes colocam em circulação. A existência dessa hegemonia, contudo, não implica na ausência

de resistência. Conforme aponta Mariani (1998), história e sentidos são sempre passíveis de novas leituras – e estas, muitas vezes, não se fazem pacificamente. Elas são resultado de “conflitos pela regularização e hegemonia de sentidos” (p. 45). E, sendo assim, a memória social não pode ser comparada a uma história imutável.

Fomentar o debate

Este trabalho teve por objetivo compreender de que forma os jornalistas que possuem alguma deficiência (física, visual e/ou intelectual) fazem circular, através de seus discursos, os sentidos a respeito da autonomia da pessoa com deficiência e da discriminação. Buscamos verificar se nesses discursos existe pluralidade de vozes (polifonia), ou se fazem parte de uma mesma formação discursiva. A intenção é fomentar o debate a respeito da importância de se garantir a autonomia das pessoas com deficiência na sociedade brasileira e buscar equidade de tratamento.

Para atingir os objetivos aqui propostos, adotamos um método de investigação que partiu da pesquisa bibliográfica e documental, aplicando-se a Análise de Discurso (AD) de linha francesa aos depoimentos de nove profissionais de imprensa com algum grau de deficiência (neste caso, física, visual e intelectual). Além da língua propriamente dita como objeto de análise, a AD ainda leva em consideração o contexto histórico, as condições de produção do discurso, a memória social e as relações entre os sujeitos (PECHÊUX, 2008).

Os depoimentos aqui analisados foram obtidos durante a produção de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Jornalismo. Ao todo, foram entrevistados nove sujeitos, fruto de uma amostragem intencional não probabilística (LAKATOS e MARCONI, 2010), que pretendeu ouvir jornalistas com diferentes tipos de deficiência, que trabalhassem em plataformas midiáticas diferentes, e que pertencessem a gêneros e idades diversos. Audiogravadas, as entrevistas fo-

ram realizadas nas cidades de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro, atendendo a um roteiro previamente estabelecido. Transcritas, essas entrevistas apontaram para a existência de dois possíveis eixos analíticos: autonomia e discriminação.

A Análise de Discurso de linha francesa, conforme explica Orlandi (2003), foi proposta em 1960, na confluência de três áreas do conhecimento: a Linguística, a Psicanálise e as Ciências Sociais. Por isso, reivindica para si o lugar de disciplina de entremeio, definindo o discurso como um conjunto de efeitos de sentidos entre interlocutores. Para a AD, os sentidos ocorrem quando a língua faz inscrição na história, sendo o resultado de uma interpelação ideológica (SILVA, 2015). Essa influência da ideologia na construção dos discursos será melhor abordada mais adiante.

Há que se observar ainda que toda linguagem é dialógica, ou seja, é construída através das relações entre dois ou mais sujeitos, como aponta Bakhtin (*apud* BENETTI, 2010). Esse dialogismo pode ser pensado em dois planos: o primeiro é a relação entre os discursos; e o segundo, a relação entre os sujeitos. A relação entre os discursos diz respeito à noção de que todo discurso é, por si só, um interdiscurso: é resultado de tudo o que foi dito antes dele (o já-dito, o pré-construído). Já a relação entre os sujeitos diz respeito à intersubjetividade, ou seja, à noção de que todo discurso é resultado da interação entre dois sujeitos, aquele que enuncia e aquele que o recebe, o decodifica e interpreta.

Ainda segundo Benetti (2010), comecemos sempre a análise a partir do próprio texto, identificando as formações discursivas (FDs) ali presentes. As FDs podem ser definidas como regiões de sentidos, ou seja, conjuntos de sentidos legitimados por um determinado contexto, em uma determinada ordem social. Esses sentidos estão, portanto, sempre circunscritos por um limite interpretativo que exclui tudo aquilo que invalidaria esse sentido – “este segundo sentido, por sua vez, constituiria uma segunda FD” (BENETTI, 2010, p. 112).

Por isso, a lógica da AD diz que um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, em um contexto específico, por determinados sujeitos e que são instados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra. Assim sendo, compreendemos que uma formação discursiva é “aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito” (BENETTI, 2010, p. 112). Dessa forma, toda formação discursiva é sempre amarrada a uma formação ideológica.

A ideologia é resultado de um processo histórico, e pode ser reconhecida na linguagem. Não apenas naquilo que é expressado de maneira consciente, mas também em lapsos, atos falhos, vícios de linguagem e outras expressões que revelam que o sujeito não é transparente nem para ele mesmo, já que carrega um inconsciente formado por memórias sociais que o atravessam. Portanto, as formações discursivas também carregam elementos da ideologia presentes na sociedade.

Ideologia: processo histórico

Durante o processo de análise, encontramos a formação discursiva de que a pessoa com deficiência, em função de suas limitações, é vista como sendo menos capaz que a maioria das pessoas. E que, bem por isso, não possui a autonomia como um direito fundamental garantido; e sim que deve lutar por essa autonomia, desbravá-la, em um gesto de afirmação de si mesmo em meio à vida em sociedade. Na maioria das vezes, vemos que o profissional com alguma deficiência precisa sempre que um outro sujeito reitere a sua competência, a sua capacidade para o trabalho. É importante ressaltar que o preconceito para/com as pessoas com deficiência é chamado de capacitismo, justamente porque há uma memória social que as colocam sempre na condição de inválidas ou incapazes.

O tema também aparece em Sodrê (1999; 2012), para quem as minorias sociais são grupos de pessoas mais vulneráveis, social e politicamente, e por

isso se veem obrigados a travar uma luta contra o pensamento hegemônico para garantir seus direitos básicos. Sendo assim, segundo Barbalho (2004), os movimentos minoritários necessitam, de um lado, afirmar suas singularidades e especificidades; e de outro, garantir que essas diferenças não se transformem em desigualdades econômicas, sociais, políticas, éticas e outras.

Essa noção não é explícita na fala dos entrevistados, mas está presente à medida que eles procuram justificar e reiterar a posição satisfatória que hoje ocupam no mercado de trabalho e a autonomia que exercem em suas vidas. Para garanti-la, precisam afirmar a todo tempo que não são incapazes. Portanto, o sentido nuclear dessa primeira formação discursiva é a “incapacidade da pessoa com deficiência”. Já a segunda formação discursiva diz respeito ao fato de essa parcela da população ainda ser discriminada socialmente.

Os jornalistas entrevistados, que autorizaram a publicação de seus nomes, foram: Kátia Fonseca (KF), com nanismo; Filipe Oliveira (FO), com baixa visão; Heloísa Rocha (HR) e Leandra Certeza (LC), com *osteogênese imperfecta*; Victor Chimenez (VC), com paralisia cerebral leve; Lucas Maia (LM), com cegueira; Fernanda Honorato (FH), com Síndrome de Down; Jairo Marques (JM), com paralisia infantil; e André Moraes (AM), com traqueostomia. Vejamos, abaixo, o que disseram sobre suas trajetórias:

Sobre autonomia

Eu entrei [no jornal] pela indicação do João [colega de trabalho] mesmo, que **disse para os chefes que eu era capaz**. Logo que entrei **não precisei de adaptação nenhuma** no ambiente, andava sem nenhum apoio e **fazia tudo o que me pediam** (KF).

Aqui, o sentido hegemônico presente na sequência discursiva é o de que Kátia, que possui nanismo, precisa que

um outro profissional reitere para a chefia que ela é capaz e competente o suficiente para ser contratada pelo jornal. A frase “não precisei de adaptação nenhuma” sugere que ela tem necessidade de esclarecer que sua deficiência não gerou despesas ou contratemplos para a instituição jornalística. A oração “fazia tudo o que me pediam”, reitera, mais uma vez, o quanto precisava se mostrar prestativa e eficiente na função. Aqui, temos presente a memória social de que a pessoa com deficiência, por conta de suas limitações físicas, seria menos apta ao trabalho.

Fiquei um ano [morando] com seis meninas em um apartamento. Elas **colocavam as coisas na minha altura e eu fazia tudo** (KF).

Na frase “colocavam as coisas na minha altura e eu fazia tudo”, Kátia se viu na contingência de novamente reiterar suas capacidades para desempenhar trabalhos domésticos e morar em uma república de universitárias. O sentido hegemônico que funciona nesse discurso é de que essa condição não é a esperada de uma pessoa com deficiência. De alguém com nanismo, espera-se dependência. Portanto, Kátia estaria agindo como parte de uma exceção. Por possuir uma deficiência relativamente leve, estaria apta a realizar atividades que lhe competiriam no grupo, desde que lhe auxiliassem, posicionando objetos à sua altura.

Acho que minha seleção como *trainee* [do jornal] foi resultado de uma **aposta corajosa dela** [a editora] em buscar pessoas diferentes e confiar no meu potencial, **apesar das dificuldades** com a visão (FO).

Neste excerto, Filipe Oliveira, que possui baixa visão, avalia que o fato de a editora escolhê-lo como *trainee* foi uma atitude de coragem, já que o esperado é que uma pessoa na sua condição não seja vista como apta para o jornalismo. O advérbio “apesar” revela que as dificuldades com a visão seriam um motivo para que a editora não confias-

se em sua capacidade. Novamente, está presente a memória social de associar a limitação causada pela deficiência com a ideia de incapacidade.

Em todos os lugares em que já trabalhei, **não entrei por conta de indicações**, mas porque eu ia até os locais, deixava meus currículos à disposição e perguntava, na maior cara de pau, se existiam vagas disponíveis (LC).

Nesta sequência discursiva, Leandra Certeza sugere através da oração “não entrei por conta de indicações” que uma prática comum entre as pessoas com deficiência é justamente ingressar em um emprego por essa via. Ela reitera seu esforço de ir até os locais, apresentar-se e deixar currículo, como se esse comportamento sugerisse mais comprometimento com o trabalho. A memória social presente é de que boa parte das pessoas com deficiência ingressam em cargos para cumprir cotas empresariais relacionadas à inclusão.

Quando os pais do Marco viram um **repórter de cadeira de rodas**, com uma **carreira já consolidada**, entrevistar o próprio filho, ficaram encantados porque enxergaram em mim uma possibilidade na qual o Marco poderia se espelhar (JM).

Nesta sequência discursiva, Jairo Marques se coloca como um profissional bem sucedido na carreira, mas o fato de utilizar a cadeira de rodas para se locomover faz dele uma exceção à regra. Ele se vê como exemplo para um menino com deficiência semelhante; por isso, os pais do garoto entrevistado por ele ficaram “encantados”. Esse encantamento sugere o quanto a deficiência constitui o fator que produz a diferença no meio social e faz de Jairo a exceção.

Na escola eu não dispunha de **nenhum material didático adaptado**, apenas ia para a aula, ouvia o

que os professores diziam e fazia as provas oralmente, com a ajuda de algum funcionário que lia a prova para mim (LM).

Aqui, Lucas Maia, que é cego, reafirma sua capacidade de frequentar uma escola regular apesar de não ter à disposição nenhum material didático adaptado. Ele acentua que a instituição não tinha, na época, a preocupação com a inclusão no ambiente escolar e que o seu desempenho foi resultado apenas de um esforço pessoal. Isso revela um contexto histórico em que as barreiras enfrentadas por essas pessoas não eram vistas como de responsabilidade social, mas sim como características que precisavam ser “superadas” individualmente.

Sempre tive autoestima muito boa, nunca tive muitos complexos por causa da baixa estatura, da cadeira de rodas ou dos membros com formato diferente. **Não sei explicar** ao certo porquê – **é até meio engraçado isso – mas tenho uma personalidade bastante forte** (HR).

Nesse excerto, Heloísa Rocha, que possui uma deficiência conhecida como “ossos de vidro”, deixa implícito, através das orações “não sei explicar porquê” e “é até meio engraçado isso, mas...”, ter uma “autoestima muito boa” e não carregar complexos por causa da cadeira de rodas, baixa estatura e membros com formato diferente – comportamentos não esperados de uma pessoa com deficiência. A FD sugere que ela deveria ser uma pessoa insatisfeita com seu corpo pelo fato de esse não corresponder aos padrões de beleza ou não desempenhar todas as funções que dele se espera. De certa forma, ela se coloca como uma exceção ao se afirmar como alguém que tem “personalidade bastante forte” e que gosta de si mesma.

Eu sempre fui uma pessoa muito tranquila em relação às minhas limitações, gosto de fazer piada delas, de um jeito espirituoso [...]

Aprendi a ser feliz do jeito que eu sou, nunca tive **muitos complexos** (VC).

Nesta sequência discursiva, Victor Chimenez, que possui deficiência motora leve, ao afirmar que “aprendeu” a ser feliz do jeito que é, sugere que esse sentimento de autoestima não é o que se espera de uma pessoa com deficiência. Portanto, a memória social presente em seu discurso é a de que essas pessoas, via de regra, carregam “muitos complexos” e que precisam “aprender” a se gostar, já que possuem limitações, restrições e características geralmente desvalorizadas no meio social. Portanto, assim como na FD anterior, ele também se coloca como uma exceção.

Sobre discriminação

Quando se adquire a deficiência muito cedo, como ocorreu comigo, vive-se por **muito tempo** com uma **sensação de normalidade** (JM).

Jairo Marques, que possui paralisia infantil, ao afirmar que “vive-se por muito tempo com uma sensação de normalidade”, sugere a ideia socialmente construída – portanto, uma memória social – de que a deficiência se opõe à normalidade. Ou seja, que ao possuir uma limitação física, essa pessoa escapa do consenso de o que seja normal e socialmente aceito. Ele também deixa implícita a noção de que a “sensação” de normalidade foi experimentada apenas durante a infância como uma espécie de equívoco; e que ao chegar à vida adulta passou a conviver com a realidade da diferença, de uma “anormalidade” de certa forma.

Existem pessoas extremamente curiosas que não **têm a menor ideia de como alguém que não enxerga pode ser jornalista** e perguntam tudo: “se eu dito e alguém escreve”, ou algo do tipo (FO).

Ao afirmar que existem pessoas que “não têm a menor ideia de como al-

guém que não enxerga pode ser jornalista”, Filipe Oliveira mobiliza o sentido de que convive diariamente com pessoas que duvidam de sua capacidade para exercer o jornalismo em função de limitações visuais. Novamente está presente a memória social de deficiência associada à incapacidade.

Esse foi o ano [1991] em que a lei de cotas foi aprovada, **mas ninguém ligava pra isso na época**, porque a lei existia, mas não era regulamentada (KF).

No excerto acima, fica evidente que apesar de a lei de cotas já existir na década de 1990, as empresas e instituições não davam importância social à questão e, por isso, a pessoa com deficiência não possuía nenhum mecanismo que garantisse sua inserção no mercado de trabalho. Essa conquista profissional dependia apenas do esforço e mérito pessoal. A memória social da discriminação, portanto, está também aqui presente.

Então precisei estudar durante dois anos em uma **sala específica** para pessoas nessa condição em um colégio tradicional em São Paulo [...]. Foi uma **experiência muito traumática**, horrível. Nós **não tínhamos contato** com os outros alunos e entrávamos pela porta dos fundos, **um absurdo**. Aquele era um ambiente de segregação dentro da escola (LC).

Quando afirma que estudou durante dois anos em uma sala específica para alunos com deficiência e que considera essa experiência “muito traumática”, Leandra chama a atenção para a segregação e o preconceito que enfrentou, principalmente quando traz à lembrança o período em que, apartados, “não tínhamos contato com outros alunos”. Ela ainda reafirma sua indignação com situações dessa natureza, recorrendo a expressões como “um absurdo”.

A Direção realmente juntava to-

dos os alunos com deficiência e **os jogava em uma turma separada**. Na época isso **já era um avanço**, pois pelo menos havia um espaço para essas pessoas (LC).

Quando se utiliza da formulação “já era um avanço”, Leandra Certeza resgata a memória de que uma situação de segregação, como colocar alunos com deficiência em sala separada em determinado contexto social, era vista como um gesto de inclusão, porque o espaço educacional era antes completamente negado a essas pessoas. O interdiscurso de que “pessoas com deficiência não têm direito de participar do espaço educacional” estava presente no contexto histórico da década de 1980, quando Leandra começou a frequentar os bancos escolares.

Eu não queria usar **cadeira de rodas** porque na época ela representava **limitação**, uma imagem muito pesada e **estigmatizada** (LC).

O trecho acima remete à associação construída historicamente entre a cadeira de rodas e a ideia de limitação. Expressões como “imagem muito pesada, estigmatizada” evidenciam a formação discursiva de que a cadeira de rodas demonstraria uma anormalidade, uma falha, um equívoco. Nesse contexto social, a cadeira não era vista apenas como um equipamento, mas sim como a materialização explícita das limitações.

Passei a infância e a adolescência com os mesmos amigos [...] Isso foi sem dúvida uma das coisas mais importantes da minha vida, porque me dava um **senso de normalidade** muito grande (LM).

Ao utilizar a expressão “senso de normalidade”, Lucas Maia evidencia a ideia de que a cegueira tira dele a condição de pessoa “normal”. Essa foi, para ele, uma sensação experimentada apenas durante a infância através da con-

vivência com “os mesmos amigos”. Está presente no discurso a associação entre a limitação visual e a anormalidade.

Pouquíssimas foram as vezes em que **me senti diminuído** ou em **desvantagem** por causa da cegueira (LM).

A expressão “pouquíssimas vezes” sugere que, apesar de Lucas Maia não ter experimentado o sentimento de inferioridade com muita frequência, é isso o que se espera de uma pessoa com cegueira. Ele se coloca como uma exceção à regra. A formação discursiva de que a “desvantagem” é a vivência esperada faz parte de uma memória social construída historicamente.

As sequências discursivas abaixo foram agrupadas em função de suas similaridades, todas apontando para situações de preconceito:

Desde muito novo, escutava um discurso meio nas entrelinhas de que **por ser cego não poderia me dar bem com Exatas**, mas durante o mestrado cursei uma disciplina de Estatística em uma turma de 120 alunos e **fui um dos melhores** da sala (LM).

[...] vivi um dos **poucos** episódios de **preconceito** da minha vida [...]. De alguma forma ela estava **se sentindo desconfortável** por ver um cego em posição de relativo destaque sendo valorizado profissionalmente (LM).

Nestes excertos, Lucas Maia relata um dos episódios de preconceito que viveu, quando uma funcionária do setor de recursos humanos do jornal em que trabalhava se mostrou surpresa, ou mesmo insatisfeita, com o fato de ele ter recebido aumento de salário. Está presente em seu relato a memória social e histórica de que as pessoas com deficiência não são ou não devem ser valorizadas profissionalmente. Portanto, Lucas se coloca como uma exceção à regra, tanto na

primeira sequência discursiva, em que se afirma ter se destacado em sala de aula, como na segunda, quando teve aumento em remuneração no cargo de repórter.

Ela tinha deixado bem claro, pela maneira como falou, que não me contrataria porque eu era a pessoa com **deficiência mais grave** e demandaria mais adaptações (HR).

Por que meus pais investiram tanto dinheiro para que eu me qualificasse, se de qualquer maneira as pessoas me tratarão com **preconceito**? Eu chorava de raiva, urrava ao telefone (HR).

Considero a lei de cotas um instrumento de inclusão importante. Se não fosse por ela, acredito que **ninguém** com alguma deficiência encontraria emprego, porque as empresas **fechariam completamente** as portas (HR).

Nas sequências discursivas acima, Heloisa Rocha relata uma situação em que mesmo tendo tido desempenho satisfatório e apresentado o melhor currículo entre os candidatos de um processo seletivo, foi reprovada pelo fato de possuir uma deficiência considerada mais grave; e que, portanto, demandaria mais adaptações ao ambiente, não apenas nas questões referentes à estrutura física da empresa, mas também na cultura e no comportamento dos diretores e futuros colegas. No terceiro trecho ela expressa sua raiva e descontentamento ao perceber que a boa qualificação profissional não a deixaria imune às situações de preconceito e discriminação. Heloisa também relembra situações, durante a infância, quando não foi aceita em diversas escolas por causa da sua deficiência. Isso demonstra o quanto as instituições escolares ainda tinham posturas retrógradas e discriminatórias em meados da década de 1980, época em que Heloísa iniciou a vida escolar em Sergipe.

Para os meus amigos era **difícil**

ficar perto de mim, eu comecei a ter vontade de fazer um monte de coisa que **não era possível** realizar [...] Comecei a sentir muita angústia e cheguei a pensar que a **vida fosse inviável** (JM).

Neste trecho, Jairo Marques se refere à adolescência, período em que tomou maior consciência de suas limitações e chegou a pensar que a vida não seria possível naquelas condições. De forma inconsciente, existe uma associação entre o padrão de normalidade socialmente aceito e a ideia de qualidade de vida. Na década de 1980, pouco se falava a respeito de recursos de acessibilidade e autonomia das pessoas com deficiência. Portanto, seu sentimento era reflexo de um processo histórico e social de exclusão.

[...] uma das professoras me puxou pela orelha e começou a **gritar** comigo. A minha irmã viu e disse para ela não fazer aquilo comigo. Ela falou para a professora: “Minha irmã **não é um animal** para você tratá-la desse jeito” (FH).

Via que eles não andavam iguais a mim, que as minhas pernas e braços eram **diferentes** e, por conta disso, comecei a sentir **estranhamento e frustração** (VC).

Digo isso porque já passei por momentos em que boa parte dos colegas de turma **se recusava** a ficar perto de mim e fugiam quando eu me aproximava. Penso que tinham essa reação principalmente por conta das secreções que acabavam saindo da cânula da traqueostomia, **além de preconceito racial** (AM).

Nos excertos acima, é possível perceber situações de discriminação descritas com palavras como “estranhamento”, “frustração”, “recusa”, “inviabilidade”, “impossibilidade”, “preconceito”, “sofrimento”. As ocasiões em que a pessoa se destaca positivamente – como no trecho em que Lucas Maia diz ter sido um dos melhores alunos da sala – são implici-

tamente definidas como exceções. Fica evidente na fala de Heloisa Rocha, quando se refere à lei de cotas – “acredito que ninguém com deficiência encontraria emprego” – que a proteção legal é ainda necessária justamente porque a discriminação ainda existe de maneira contundente. No excerto em que Fernanda Honorato relata a atitude da professora – “me pegou pela orelha e começou a gritar comigo” – explicita-se a postura de desrespeito e desumanização, que fica mais evidente quando reproduz a fala da irmã em seu socorro.

Considerações finais

Muito embora neste artigo tenhamos focado atenção às formações discursivas relativas ao processo de exclusão a que estão submetidas as pessoas com deficiência, há outras incontáveis formações discursivas que servem também para sustentar estigmas e preconceitos em relação a outros grupos sociais, como negros, homossexuais, mulheres, indígenas, moradores de rua etc. Essas formações estão presentes em nossa memória social, com implicações nas agendas dos movimentos hegemônicos e em suas contrapartidas. Ora figuram e ora são escamoteadas pelo sistema de mídia, ao qual ascenderam os sujeitos aqui entrevistados.

Em alguns dos excertos observados, fica clara a associação entre deficiência e anormalidade, binômio que se altera em relação a outros grupos sociais, mas que não deixa de ser decisivo na construção de nossas memórias, moldando valores que carregamos ao longo da vida. Vimos que, de um modo geral, as competências dos sujeitos entrevistados precisaram do aval, do testemunho ou da reafirmação por parte de seus pares. Ou seja, a autonomia da pessoa com deficiência precisa sempre ser evidenciada ou justificada pelo outro, já que a sua emancipação é contrária à formação discursiva de que “a pessoa com deficiência, por possuir determinada limitação em seu corpo ou intelecto, é alguém menos capaz”. As situações de discriminação ex-

plicitadas nas sequências analisadas tornam evidente a necessidade de determinadas intervenções, como a criação de lei de cotas, pois do contrário essas pessoas não encontrariam espaço no mercado de trabalho devido à grande diferença de oportunidades e condições a que estão submetidas.

Referências

- BARBALHO, A. A. Minorias, biopolítica e mídia. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DO INTERCOM, 4., 2004, Porto Alegre. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**. Porto Alegre: Intercom, 2004. v. 1, pp. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/resumos/R0651-1.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- BENETTI, M. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 107-142.
- CAVALLARI, J. S. Equívocos que constituem o macro-discurso político-educacional da inclusão. In: ORLANDI, E. P.; FERREIRA, E. L. (Orgs.). **Discursos sobre Inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. Cap. 1. pp. 13-47.
- CORACINI, M. J. **Identidade e cidadania: a questão da inclusão**. Campinas: Mercado das Letras, 2007.
- DEFICIÊNCIAS e Diferenças com Izabel Maior e Benilton Bezerra. [s.i]: **TV Cultura**, Série Café Filosófico CPFL, 2016. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=29JooQEOCvA>>. Acesso em: 24 de jun. 2016.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARIANI, B. S. C. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- MEDEIROS, C. S. O discurso da inclusão pela diferença na relação mídia e sociedade. In: ORLANDI, E. P.; FERREIRA, E. L. (Orgs.). **Discursos sobre Inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. Cap. 2. pp. 53-87.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2008.
- SILVA, K. B.; ARAÚJO, A. A. O poder de poder dizer: análise discursiva sobre a construção de sentidos no site G1 acerca da aprovação do novo Código Florestal. In: 38º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2015, Rio de Janeiro. **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. pp. 1 - 15. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0064-1.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

SILVA, O. M. **A epopeia ignorada**: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. São Paulo: Cedas, 1987. 470 p.

SODRÉ, M. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.

_____. Por un concepto de minorias. In: BARBALHO, A. A.; PAIVA, R. (Orgs). **Comunicación y cultura de las minorias**. Buenos Aires: Editorial San Pablo, 2012.